



XX Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU 2021

*Universidade frente aos desafios da Pandemia:
Cenários Prospectivos para a Gestão Universitária*

Evento virtual
24 e 25 de novembro de 2021
ISBN: 978-85-68618-08-0



CORRELAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS E SEUS ESCORES NAS CATEGORIAS ANALÍTICAS DO RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA (RUF): UM ESTUDO PRELIMINAR COM AS DEZ INSTITUIÇÕES MAIS BEM AVALIADAS DE 2019

RUY TADEU MAMBRINI RIBAS

Universidade Federal de Santa Catarina

rtmribas@gmail.com

GABRIELA MATTEI DE SOUZA

Universidade Federal de Santa Catarina

gabriela.mattei@ufsc.br

RESUMO

O presente estudo busca, após pertinente revisão teórica, verificar, em pesquisa aplicada, a existência de correlação entre a grandeza do orçamento das universidades federais brasileiras e os escores por elas obtidos nas avaliações conduzidas pelo Ranking Universitário Folha (RUF). A hipótese colocada em teste é uma identificada como subjacente à bibliografia especializada consultada: a de que haveria relação entre o orçamento disponível para uma universidade e o desempenho ou resultado de suas atividades – aqui mensurado objetivamente pela métrica do Ranking selecionado. Para tanto, desenhou-se estudo de caso em que o universo não-probabilístico foi delimitado para as dez universidades federais mais bem colocadas no Ranking Universitário Folha (RUF) do ano de 2019; os escores destas universidades para cada categoria analítica do Ranking foram compilados bem como os dados relativos aos seus orçamentos para o exercício de 2019. Com as variáveis lançadas, a análise predominantemente quantitativa foi feita por testes de correlação e os resultados indicaram que a correlação do orçamento é baixa com relação às categorias analíticas “ensino” ($r = 0,32$) e “pesquisa” ($r = 0,46$); moderada em relação à categoria “internacionalização” ($r = 0,54$); e alta com relação às categorias “mercado” ($r = 0,72$), e “inovação” ($0,83$) e em face da avaliação total do RUF ($r = 0,75$).

Palavras chave: Avaliação. Universidade. Ranking universitário. Orçamento. Correlação.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo que busca explorar preliminarmente a correlação entre o desempenho das universidades federais brasileiras em determinadas áreas de atuação e o orçamento disponível para cada uma delas. Quer dizer, ocupa-se de explorar, mesmo que preliminarmente e num ensaio de amostra modesta, a hipótese mais ou menos cristalizada na bibliografia de que a qualidade das instituições de ensino superior, do ensino que oferecem, das pesquisas que realizam, da inovação que geram, o grau de sua integração com o mercado de trabalho e com o restante do mundo dependem de (ou se relacionam diretamente com) o montante que se lhes é disponibilizado pelo Estado, financiador de quase a totalidade das despesas com o ensino superior brasileiro.

Para tanto, este estudo busca bases em fundamentação teórica que, num primeiro momento, identifica e descreve uma métrica pela qual as universidades brasileiras podem ser (e são) medidas. Fala-se “uma” métrica pois várias poderiam ser as abordagens para se avaliar a quantidade ou a qualidade dos serviços desempenhados por uma universidade e, na necessidade de que se escolha uma a opção para estudo aplicado, a alternativa foi a utilização do Ranking Universitário Folha (RUF) que, embora ferramenta passível de críticas, é instrumento suficientemente abrangente na avaliação de diversos critérios em distintos eixos temáticos (ou categorias analíticas) e já consolidado há anos, demonstrando se não perfeição – e nenhum instrumento, sobretudo quantitativo conseguiria sê-lo – estabilidade suficiente, confiabilidade de resultados por esta estabilidade numa mesma fórmula e credibilidade por parte de público, tomadores de decisão, gestores e em diante.

Detalhado o instrumento do qual se podem extrair indicadores sobre o desempenho das universidades brasileiras, uma segunda etapa da revisão teórica se ocupa de discutir brevemente a questão do orçamento das universidades brasileiras com especial foco para o caso daquelas federais, mantidas pelo Estado-União, tratando de seus problemas e desafios relacionados ao financiamento e abordando um já consolidado diagnóstico na bibliografia sobre uma constante insuficiência orçamentária no âmbito das universidades brasileiras. É aqui que se identifica também uma hipótese subjacente na literatura brasileira sobre o tema – de que os problemas ou fragilidades nas atividades universitárias estariam relacionados com os problemas e fragilidades em seu financiamento; ou, por outras palavras e em decantação: o desempenho das universidades guardaria relação direta com seu financiamento.

O presente estudo toma esta hipótese para verificação e, para isso, realiza testes entre os escores do Ranking Universitário Folha e os orçamentos das dez universidades federais mais bem colocadas segundo aquela métrica para verificar a existência e a natureza da correlação entre estas variáveis. Assim, depois da revisão teórica que serve de contextualização, parte-se para verdadeiro estudo aplicado realizado com dados de 2019 – ano escolhido não sem motivo. A uma pois é a mais recente edição do Ranking Universitário Folha disponibilizada, visto que há dificuldade, por seus organizadores, de acesso aos dados necessários para o instrumento nos anos seguintes; a duas pois o ano é de especial interesse para que se possa estabelecer um cenário-base antes das mudanças bruscas no orçamento e na realidade de funcionamento das universidades federais por conta da pandemia em curso. Quer dizer, parece conveniente para futuros estudos e exercícios comparativos que se possa identificar padrões anteriores à profunda ruptura e reorganização das atividades de ensino, pesquisa, extensão (e etc.) das universidades brasileiras causada pela emergência sanitária experimentada oficialmente do início de 2020 em diante e até o presente momento.

Ao final o que se tem como objetivo é, por meio de operações que buscarão o coeficiente de correlação (“r” de Pearson) entre as variáveis tomadas para estudo, obter indicativos sobre a relação entre os escores de desempenho em cada categoria (e no total) e a ordem de grandeza do orçamento das universidades mais bem colocadas no Ranking tomado como parâmetro para o estudo. Ou, em abstrato, obter indícios sobre como a qualidade das atividades universitárias se relacionam com a quantidade de orçamento disponível às instituições. O estudo tem, por sua natureza e formato, amostra breve e não-probabilística e não pretende extrapolar suas conclusões para além do universo avaliado; mas tentará fornecer subsídios suficientes para informar a realização de estudos futuros de escopo ampliado que aumentem o recorte amostral ou que avancem para além da análise de correlação – que, como se sabe, não significa necessariamente causalidade imediata mas, sim, tendência única entre as variáveis contrapostas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Compreendidos os traços gerais do trabalho que aqui se apresenta, cabe iniciar pela contextualização teórica, de onde se colhem os conceitos e entendimentos necessários para a realização e compreensão da etapa aplicada e de onde se deriva a própria hipótese identificada como subjacente à bibliografia visitada e que será colocada em teste em dita fase empírica deste ensaio.

2.1 O RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA (RUF) E O RANQUEAMENTO DE UNIVERSIDADES

O Ranking Universitário Folha (RUF) é um levantamento feito anualmente desde 2012 que busca avaliar e classificar todas as instituições de ensino superior que sejam caracterizadas como “universidades” conforme os parâmetros para a adoção deste tipo de nomenclatura, quais sejam, aqueles contidos nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996):

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Desta forma, o Ranking se ocupa de analisar em maior profundidade os dados relativos apenas às instituições de maior porte, com atuação mais ampla, que atendam os mandamentos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que efetivamente estejam ligadas com a produção científica e que tenham corpo docente composto por pessoal de alta capacitação técnica (pela via da obrigatoriedade de formação em pós-graduação *stricto sensu*) e profunda concentração nos afazeres acadêmicos (pela via do requerimento de regime de dedicação integral para parte dos quadros).

É essa filtragem que permite que o Ranking reduza a incidência de seus levantamentos das mais de 2600 instituições de educação superior de todo tipo no Brasil para as menos de duas centenas de instituições identificadas com a natureza universitária (BRASIL, 2020). Para

a edição de 2019 do estudo, que aqui será tomada como base de análises e considerações posteriores, foram 197 as universidades avaliadas, a totalidade de universidades existentes no Brasil no momento de realização daquela edição do Ranking (RUF, 2019a).

Compreendido o recorte ou o universo de pesquisa que é trabalhado pelo referido Ranking em comento, vale passar a compreender seu funcionamento interno, quer dizer, os itens que são levantados pelo Ranking e a forma pela qual, em seguida, são articulados na composição de pontuações objetivas temáticas ou gerais. Neste sentido, a avaliação realizada pelo Ranking Universitário Folha (RUF) é resultante da composição ponderada entre cinco eixos principais nomeados “pesquisa”, “ensino”, “mercado”, “inovação” e “internacionalização” que respondem, respectivamente, por 42%, 32%, 18%, 4% e 4% das pontuações finais de cada instituição universitária estudada – que, ao fim, permitem a ordenação delas em listagem decrescente para cada um dos eixos ou para a resultante final da ponderação de todos eles.

Cada eixo temático, portanto, acaba por se configurar como uma categoria analítica própria e é a ponderação delas que pode, ao final, resultar em um indicador objetivo único que serve para a composição do Ranking em sua versão principal. A bem da compreensão do mecanismo e de seus critérios parece valer ainda, então, fazer digressão sobre cada um destes eixos, destas categorias analíticas e seus componentes e pesos proporcionais, o que parece poder ser feito com melhor clareza por quadros explicativos que, embora extensos, acabam por ser mais elucidativos que a exposição alongada textualmente.

Assim, a primeira categoria analítica do Ranking é a de “Pesquisa”, integrada por nove componentes conforme seguinte distribuição:

Quadro 1 - Categoria analítica “Pesquisa”, componentes, critérios e peso relativo à pontuação total no Ranking Universitário Folha (RUF)

	Componente	Critério	Peso relativo à pontuação total
Categoria Analítica “Pesquisa”	Total de publicações	Artigos científicos publicados pela Universidade	7%
	Total de citações	Relevância de trabalhos científicos a partir do total de citações recebidas	7%
	Citações por publicação	Média de citações para cada artigo científico da Universidade	4%
	Publicações por docente	Média de artigos científicos por professor	7%
	Citações por docente	Média de citações por professor	7%
	Publicações em revistas nacionais	Artigos científicos em revistas brasileiras	3%
	Recursos recebidos por instituição	Valor médio de recursos obtidos por docente	3%
	Bolsistas CNPq	Percentual de professores da universidade considerados produtivos pelo CNPq	2%
	Teses	Número de teses defendidas por docente	2%
	Total		42%

Fonte: elaborado pelos autores com base em RUF (2019a)

Como se pode ver, a categoria analítica é informada por uma série de componentes majoritariamente objetivos e que guardam alguma proporcionalidade de peso entre si. Quer dizer, os critérios são dados específicos, de ordem quantitativa e não há grande preponderância de um em relação aos demais para a composição da pontuação total do eixo.

Em seguida, a segunda categoria analítica trabalhada pelo Ranking aqui em comento é a do “Ensino”, organizada em quatro componentes integrantes conforme o quadro:

Quadro 2 - Categoria analítica “Ensino”, componentes, critérios e peso relativo à pontuação total no Ranking Universitário Folha (RUF)

	Componente	Critério	Peso relativo à pontuação total
Categoria Analítica “Ensino”	Opinião de docentes do ensino superior	Pesquisa feita pelo Datafolha com professores distribuídos pelo país	20%
	Professores com doutorado e mestrado	Percentual de professores com doutorado ou mestrado	4%
	Professores em dedicação integral e parcial	Percentual de docentes em regime de dedicação integral ou parcial	4%
	Nota no Enade	Leva em conta a nota média da universidade no Enade	4%
Total			32%

Fonte: elaborado pelos autores com base em RUF (2019a)

Aqui é possível identificar a existência de uma componente subjetiva que possui grande peso relativo na categoria, qual seja, a da percepção da qualidade do ensino de uma instituição pelos pares docentes das demais instituições. No mais, a categoria também é composta de indicadores objetivos e que se relacionam com a própria classificação de uma instituição como “universidade” nos termos da Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Em diante, a terceira categoria analítica é composta por apenas um item, disposto em formato de quadro a bem da linearidade de forma na exposição das informações desta sessão:

Quadro 3 - Categoria analítica “Mercado”, componente, critério e peso relativo à pontuação total no Ranking Universitário Folha (RUF)

	Componente	Critério	Peso relativo à pontuação total
Categoria Analítica “Mercado”	Opinião de empregadores sobre preferências de contratação	Opinião de empregadores sobre preferências de contratação com base em pesquisas realizadas pelo Datafolha	18%
Total			18%

Fonte: elaborado pelos autores com base em RUF (2019a)

O quarto eixo temático ou categoria analítica considerada pelo Ranking em estudo é a de “inovação”, composta por dois itens conforme quadro:

Quadro 4 - Categoria analítica “Inovação”, componentes, critérios e peso relativo à pontuação total no Ranking Universitário Folha (RUF)

	Componente	Critério	Peso relativo à pontuação total
Categoria Analítica “Inovação”	Patentes	Número de patentes pedidas pela universidade	2%
	Parceria com empresas	Quantidade de estudos da universidade em parceria com o setor produtivo tomando como fontes as bases “Web of Science” e do INPI	2%
Total			4%

Fonte: elaborado pelos autores com base em RUF (2019a)

Finalmente, a quinta categoria analítica do Ranking é a de “internacionalização”, também formada pelo levantamento de duas componentes por via dos critérios estabelecidos para cada uma delas conforme o seguinte:

Quadro 5 - Categoria analítica “Internacionalização”, componentes, critérios e peso relativo à pontuação total no Ranking Universitário Folha (RUF)

	Componente	Critério	Peso relativo à pontuação total
Categoria Analítica “Internacionalização”	Citações internacionais por docente	Média de citações internacionais pelos trabalhos dos docentes	2%
	Publicações em coautoria internacional	Percentual de publicações em parceria com pesquisadores estrangeiros tomando como fontes as bases “Web of Science”	2%
Total			4%

Fonte: elaborado pelos autores com base em RUF (2019a)

É com base nestas categorias de análise, portanto, que o Ranking pontua as universidades, sendo possível ordená-las pelo escore obtido em cada um dos 5 eixos principais ou pela soma dos escores de todas as categorias, naquele indicador numeral que forma a listagem principal do Ranking, montada da justaposição de todos os critérios e da transformação dos percentuais em “pontos”, conforme já mencionado antes, mas melhor demonstrado no esquema seguinte:

Quadro 6 – Composição da listagem principal do Ranking Universitário Folha (RUF)

	Categoria Analítica	Peso relativo à pontuação total
1	Pesquisa	42%
2	Ensino	32%
3	Mercado	18%
4	Inovação	4%
5	Internacionalização	4%
Total		100%

Fonte: elaborado pelos autores com base em RUF (2019a)

Claro é que diversas poderiam ser (e de fato são) as críticas direcionadas aos Rankings que classificam as universidades como um todo e, especialmente, ao Ranking que aqui se toma para análise.

Em termos gerais, fala-se que as próprias universidades passam a modular sua atuação para que consigam alcançar melhores pontuações nas escalas avaliadas, de modo que, cada vez mais, não o Ranking captaria a realidade institucional mas, sim, a realidade institucional passaria a se moldar aos critérios dos Rankings (LEITE; PINHO, 2017 *apud* VANZ, 2018). Em específico, questiona-se, por exemplo, o peso conferido a critérios que envolvem a simples “avaliação de opinião”, sempre exposta a todo tipo de subjetividade e ao chamado “efeito persistência” pelo qual o prestígio histórico de uma instituição tende a se perpetuar no ideário (e na percepção) daqueles que sejam chamados a emitir opinião e juízo de valor sobre dada universidade (FERNANDES; NUNES, 2011). No mais, questiona-se a real possibilidade de que a opinião de determinados sujeitos sobre tantas instituições seja realmente fundamentada e amparada na realidade (ANDRADE, 2011).

Para além disso e mesmo que afastados os problemas da subjetividade em componentes qualitativas, o próprio uso de dados ou indicadores de natureza objetiva também traz consigo alguns problemas – no sentido de que nem tudo que se passa e se produz numa instituição universitária é bem captado por simples medição quantitativa. No mais, as ordens de grandeza (de publicações, de possibilidade de captação de recursos, de invenção de

patentes e etc.) varia enormemente conforme as áreas do conhecimento e de acordo com o contexto de uma dada instituição universitária, motivos pelos quais os dados objetivos podem acabar por comparar realidades que seriam, essencialmente, incomparáveis com suporte apenas em números (VANZ, 2018; MARÇAL, 2018), sobretudo quando se toma em perspectiva as disparidades existentes entre as universidades de um sistema de ensino superior desigual e de expansão tardia, como é o caso do brasileiro.

Por fim, ainda poder-se-ia levantar questionamentos potencialmente subjacentes a qualquer instrumento de composição quantitativa, como é o caso do Ranking Universitário Folha. É dizer, embora as categorias analíticas, componentes e critérios possam ser bem justificados, explicados e observados, o peso relativo que se confere a cada um deles na composição dos escores finais não deixa de ser, por essência, arbitrário. Por outras palavras, não que se faça uma crítica específica aos pesos conferidos pelo Ranking em comento, mas ela poderia ser alterada em larga medida em diversos sentidos com a manutenção de igualmente defensáveis justificativas – de modo que os resultados poderiam ser outros com a simples mudança no peso de cada indicador o que, no fim, fica a critério de quem monta a equação formadora das pontuações do Ranking.

Em que pese a existência ou o mero risco destes vieses analíticos em maior ou menor grau, é mister reconhecer a importância que os Rankings possuem tanto para gestores universitários, como para as diversas instâncias governamentais que se relacionam com as universidades e mesmo para seus usuários diretos e indiretos – estudantes, empresas parceiras e em diante. É que alguma forma de medição de desempenho, de comparação, de parâmetros para a verificação, construção, manutenção ou melhora de reputação de uma universidade é necessária. Por outros termos, decisões que envolvem as universidades precisam ser feitas interna e externamente e, a despeito dos potenciais problemas das análises de Rankings, elas ainda oferecem alguma base comum para que políticas institucionais possam ser criadas ou alteradas, para que estudantes tomem decisões educacionais, para que empresas decidam financiar uma pesquisa ou iniciativa de uma universidade ou outra, para que o Estado adote determinadas posturas em relação a cada universidade e em diante (CABELLO et al, 2019).

Tudo isso para dizer que este trabalho (e, mais especificamente, esta sessão do escrito) não intenciona realizar profunda revisão de todos os aspectos controversos e sensíveis relacionados aos Rankings universitários, aos critérios que adotam e eventuais enviesamentos de seus instrumentos e métricas. Também não se quer fazer profunda digressão crítica sobre as potenciais consequências colaterais da adoção dos Rankings. É dizer, embora estes sejam temas importantes e de densa discussão, o exercício intencionado não é de deontologia, mas de ontologia – os Rankings existem e são, não raro, utilizados direta ou indiretamente como parâmetro e justificativa para a ação de tomadores de decisão.

Por fim – e em transição para o próximo tópico – quando se fala desta tomada de decisões por *stakeholders* que consideram direta ou indiretamente os Rankings e seus indicadores, possivelmente as decisões mais sensíveis para as universidades neste campo sejam aquelas ligadas ao financiamento de suas atividades.

2.2 O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

O financiamento da educação pública no Brasil é tema histórico no debate acadêmico e político nacional e, não por outro motivo, foi abordado inclusive na Constituição de 1988, que estabeleceu as diretrizes iniciais da participação de cada um dos entes federados no

custeio das ações ligadas ao ensino público e, ao mesmo tempo, lançou as possíveis penalidades para a falha em realizar investimentos nos determinados patamares mínimos (BRASIL, 1988; CRUZ; JACOMINI, 2017; RIBAS; COSTA; MORAES, 2019). Para o caso do ensino superior público e o financiamento das instituições universitárias o tema é ainda mais complexo e isso se dá por uma série de razões.

O primeiro motivo é relacionado com a previsão também em sede constitucional da autonomia de administração financeira e os debates sobre o alcance desta previsão contida no Artigo 207 da Constituição. Para Anna Ferraz (1999) a compreensão do elemento jurídico pode ter dupla valência: por um lado significa que as universidades têm o direito de receber dos entes políticos responsáveis por sua manutenção os fundos necessários e suficientes para a realização de seus fins institucionais; por outro significa que recebidos esses recursos, as universidades passam a possuir autonomia na disposição e gestão deste orçamento.

É uma proposta interpretativa bastante simplificada, mas que serve de bom resumo para os fins deste trabalho porque capta a essência deste específico elemento da autonomia universitária, qual seja, da autonomia relacionada à administração financeira, e lança as bases para que se possa derivar uma conclusão que, embora não deixe de ser platitudes, vale sublinhar: só se pode gerenciar com autonomia aquilo de que se dispõe e, no caso das universidades, na medida em que “todos os seus recursos (ou pelo menos a maior parte deles) advêm de dotação sujeita ao orçamento do Estado” (RANIERI, 1994, p. 130) elas só poderão efetivamente gerenciar – para além daquilo que eventualmente consigam captar por outros meios – os recursos orçamentários recebidos do Estado.

O segundo motivo da complexidade do tópico é diretamente consequente do primeiro listado e relaciona-se com a disputa entre as universidades pelos limitados recursos fornecidos pelo Estado. Aqui ponto pacífico é o de que nunca houve a fixação de uma dinâmica garantidora da suficiência e da previsibilidade dos recursos destinados a cada instituição universitária. Com isso não se quer dizer que a distribuição de recursos seja sem regras ou arbitrária, mas que há uma lógica subjacente à fixação da fatia de recursos que é destinada a cada universidade via de regra contida em modelos que contabilizam indicadores como número de alunos matriculados, número de concluintes, produtividade acadêmica e dados relacionados à avaliação de cada instituição e seus cursos (ARAÚJO; SIENA; RODRIGUES, 2018). É a composição dessa equação que é objeto de contenda entre as universidades reciprocamente consideradas e entre todas elas e o Estado enquanto matriz orçamentária.

Entre as universidades a disputa é por mudanças no peso de cada critério que influencia na alocação orçamentária – o que se dá em defesa de interesses próprios, em cada caso, com a busca por equações que favoreçam os melhores indicadores de cada universidade. Entre elas todas e o Estado a disputa é sempre para que os montantes destinados a cada universidade e a todas elas (enquanto educação superior) sejam majorados diante da argumentada constante insuficiência de recursos.

É com relação à segunda disputa – entre as universidades e o Estado – que a maior parte das objeções surgem. Uma primeira de que seria impróprio que as universidades alegassem insuficiência de recursos quando seus orçamentos, não raro, superam àqueles de municípios de porte relevante em todo o país (PAUL; WOLYNEC, 1990; MORGAN, 2004); uma segunda de que em economia – e isso é especialmente verdadeiro para países com conta públicas fragilizadas, como o Brasil – os recursos são sempre escassos (VIOL, 2005), insuficientes para atender todas as virtualmente infinitas demandas que, necessariamente, se submetem à “reserva do possível” (MAGALHÃES et al, 2010; RIBAS, 2021).

Para estas duas objeções, contudo, há arrazoados de ponderação e contraposição. Um primeiro oferece réplica de que muito embora os orçamentos destinados às universidades sejam nominalmente altos quando em comparação com os montantes destinados a outros órgãos ou entidades administrativas e/ou políticas, os valores absolutos seriam notadamente insuficientes (ALVES; PINTO, 2011; SILVA, 2014; PINTO, 2007) pela concentração das instituições universitárias em atividades inerentemente dispendiosas, que envolvem estruturas e equipamentos de altos custos para implementação e manutenção e de recursos humanos altamente capacitados (e por isso comparativamente bem remunerados) para operação. É dizer, a educação em nível superior é, por essência, custosa e só a manutenção do pessoal necessário para tanto já consome entre 80% (DURHAM, 2005) e 90% (SCHWARTZMAN, 1995; MELO, 2019).

Uma segunda resposta ainda é no sentido de que as universidades ao longo do tempo, e sobretudo nas últimas duas décadas, têm sido chamadas a desempenhar mais atividades e funções outras que aquelas para as quais foram originalmente desenhadas e para as quais são tradicionalmente financiadas. É dizer, a universidade pública brasileira passou a experimentar demandas e assumir novos compromissos, seja por delegação do Estado, por pressão interna ou por voluntarismo de seus gestores, que ampliou sobremaneira o espectro de sua atuação. Viu-se da expansão do ensino pela ampliação de vagas, cursos, *campi* até o início da prestação de serviços públicos de toda sorte e da atuação em campo mais aproximado da assistência social que direta (ou exclusivamente) da educação – e tudo isso nem sempre acompanhado de ampliação nos orçamentos institucionais capaz de fazer frente aos novos gastos (RIBAS, 2021).

Em fim, e a essa insuficiência de recursos que muitas vezes gestores e acadêmicos estudiosos da gestão universitária acabam por atribuir as eventuais falhas ou deficiências na prestação dos serviços pelas universidades. Por outras palavras, tornou-se lugar comum afirmar que a qualidade (ou quantidade) das atividades de ensino, pesquisa, extensão e em diante é prejudicada pela limitação de recursos e que, por contraste, a melhora nestes campos poderia ser alcançada com a ampliação dos recursos investidos nas universidades. É dizer, a ideia quase dogmática subjacente ao argumento é a de que haveria uma correlação direta entre o orçamento das universidades e os resultados que entregariam a partir destes investimentos. É com a finalidade de, ao menos em alguma medida, testar essa hipótese que este trabalho se lança em sua etapa aplicada.

3. METODOLOGIA

O presente estudo identifica-se com a matriz dedutiva enquanto método de raciocínio por partir dos temas de interesse em abstrato para, depois da devida contextualização, a partir de tanto formar premissas gerais que serão verificadas (ou não) numa derivação específica tomada para estudo. Quer dizer, busca-se, pela dedução, verificar se aquilo que é prescrito pela bibliografia especializada se confirma ou não no estudo realizado (GIL, 2008).

Quanto à abordagem apresenta-se aqui um estudo predominantemente quantitativo já que o objeto/fenômeno tomado para estudo só pode mesmo ser tratado e analisado por meio de indicadores numéricos e pela busca de correlações entre as variáveis selecionadas como demonstrativas dos temas em análise (BRYMAN, 2012). Por outras palavras, aquilo que é discutido em revisão teórica passa a ser tratado por procedimentos que buscam, por meio dos indicadores do mundo real, identificar padrões, correlações, tendências que podem confirmar

ou não aquilo que era identificado como premissa no início da operação dedutiva (PEDHAZUR; SCHMELKIN, 1991).

No mais, tem-se uma pesquisa descritiva já que se quer entender um fenômeno sem a pretensão de manipulá-lo e com preocupações de fundo eminentemente práticas (GIL, 2008), funcionalistas até, no limite, poder-se-ia dizer (BURREL; MORGAN, 1979).

Ainda, o que se tem é um estudo de caso (ou casos, se queira) conforme a tipologia de Yin (2005) que servem para, no conjunto, identificar um “fenômeno” (CRESWELL, 2014). Os dados são secundários, pois tomados de bancos oficiais ou de fontes que já compilaram e trataram as informações brutas necessárias, o que aumenta a confiabilidade, integridade objetividade dos indicadores (BRYMAN, 2012) e a amostra foi delimitada por critério de conveniência aos limites do presente estudo, sem que se queira servir dela para exercícios probabilísticos de extrapolação de resultados (VERGARA, 2013).

Em concreto, após declaradas as filiações do estudo na tradicional taxonomia da metodologia científica, o que se realiza na etapa aplicada deste estudo é a verificação da correlação entre os resultados das dez universidades federais brasileiras mais bem classificadas no Ranking Universitário Folha (RUF) e seus orçamentos para o ano de 2019, buscando identificar o padrão e a força de conexão entre estes elementos – tudo para testar a hipótese identificada na revisão teórica de que o orçamento guardaria relação com o desempenho das universidades em suas atividades típicas.

A opção pela incidência apenas em universidades federais se dá pela uniformidade no modelo de seu financiamento; a opção pela incidência do estudo apenas nas dez mais bem colocadas se dá pelas limitações e escopo de um ensaio de menor porte como este; a opção pelo ano de 2019 se dá pois é o último em que o Ranking tomado como parâmetro foi publicado e porque trata-se do último ano em que tanto o financiamento das universidades como seu funcionamento não estiveram afetados pelas bruscas mudanças impostas pelo advento da Pandemia em curso.

Os dados do Ranking Universitário Folha (RUF) foram colhidos diretamente na planilha disponibilizada pelos organizadores do levantamento, sem qualquer tratamento manual (RUF, 2019b). Os dados orçamentários das universidades foram retirados diretamente do Portal Transparência do Governo Federal e dizem respeito ao total de despesas realizadas por cada universidade no exercício de 2019 (CGU, 2021). Assim, as variáveis utilizadas para estudo foram as pontuações de cada universidade em cada uma das categorias analíticas do RUF, a pontuação total de cada universidade em dito Ranking e o orçamento de cada uma delas.

Delimitadas as variáveis a serem operadas e as fontes destes dados, cabe explicação sobre a operação que será feita para verificação da hipótese mencionada – o que se dará pela verificação da existência (ou não) e a força e direção de eventual correlação entre os indicadores selecionados por meio do teste de correlação de Pearson, método que, por excelência e definição, é o indicado para o tipo de estudo aqui em tela. Dita operação é realizada com auxílio do *software* Microsoft Excel e retorna um coeficiente (“r” de Pearson) que expressa o tipo de interação entre as variáveis por um número que varia entre -1,00 e 1,00 (COLTON; COVERT, 2007).

É, finalmente, da interpretação dos referidos coeficientes resultantes da operação que se pode responder questões levantadas e concluir sobre objetos ou hipóteses estabelecidas inicialmente e/ou postas á prova. De maneira geral a interpretação é feita a partir de dois

vetores, quais sejam, (a) o coeficiente numérico estará em algum ponto de uma escala entre 0 (nenhuma relação entre as variáveis) e 1 (perfeita relação entre as variáveis); e (b) o coeficiente poderá ser positivo ou negativo, indicando a relação direta ou indireta, respectivamente.

Detalhar os meandros das operações matemáticas envolvidas no teste de Pearson extrapolam o escopo deste estudo bem seria fora de objeto o lançamento de muitas linhas sobre os padrões interpretativos de seus resultados. Assim, a bem da concisão necessária, adotar-se-á, para todos os fins, a proposta de escala interpretativa proposta por Hinkle, Wiersma e Jurs (2003), que pode ser bem visualizada em quadro de referência:

Quadro 7 - Valores de referência para interpretação do Coeficiente de Correlação conforme Hinkle, Wiersma e Jurs (2003)

Valores de referência para interpretação do Coeficiente de Correlação conforme Hinkle, Wiersma e Jurs (2003)	
Coeficiente	Interpretação
0.00 – 0.30	Relação Ínfima, se existente
0.30 – 0.50	Relação Existente, mas baixa
0.50 – 0.70	Relação Existente e moderada
0.70 – 0.90	Relação existente e alta
0.90 – 1.00	Relação existente e muito alta

Fonte: elaborado pelos autores com base em Hinkle, Wiersma e Jurs (2003)

Todos os esclarecimentos metodológicos realizados, cumpre avançar para a exposição dos dados em concreto utilizados e dos resultados obtidos com a operação das variáveis.

4. RESULTADOS

Realizada a compilação dos dados e a tabulação das variáveis de interesse, a planilha de trabalho foi organizada, em sua versão final, com o lançamento dos escores por categoria analítica e em seu valor total para cada uma das dez universidades federais mais bem colocadas no Ranking Universitário Folha (RUF). A isso adicionou-se também o orçamento de cada uma destas universidades conforme dados do Portal Transparência do Governo Federal. São aquelas variáveis todas do Ranking que terão sua correlação testada diante desta última do campo das finanças públicas. A visualização de tudo pode ser feita no quadro seguinte:

Quadro 8 – Planilha de trabalho com notas do Ranking Universitário Folha (RUF) e orçamento das universidades federais para o ano de 2019

Universidade	Ensino	Pesquisa	Mercado	Inovação	Internacionalização	Nota Final	Orçamento (R\$)
UFRJ	31,1	40,54	17,72	3,86	3,78	97,00	3.733.334.147,74
UFMG	31,47	40,27	17,91	3,53	3,54	96,72	2.250.113.795,00
UFRGS	31,17	40,69	16,97	3,3	3,55	95,68	1.811.193.043,33
UFSC	30,41	39,61	15,75	3,21	3,6	92,58	1.790.464.811,16
UFPR	30,16	38,1	16,97	3,6	3,19	92,02	1.840.054.727,39
UNB	30,6	38,19	15,94	2,98	3,5	91,21	1.741.250.070,88
UFPE	29,1	36,73	17,44	3,33	3,26	89,77	1.725.471.856,19
UFC	27,57	38,41	16,97	2,91	3,61	89,47	1.610.705.131,60
UFSCAR	30,47	38,88	13,5	2,88	3,42	89,15	607.777.423,38
UFBA	27,49	35,95	16,97	3,23	3,31	86,95	1.874.445.303,68

Fonte: elaborado pelos autores com base em CGU (2021) e RUF (2019b)

É a partir das variáveis esquematizadas nesta planilha que os testes de correlação, conforme explicados na etapa anterior deste estudo, puderam ser realizados. O confronto entre os dados, em cada caso, resultou num coeficiente que permite interpretação decorrente conforme quadro:

Quadro 9 – Resultado das operações de correlação entre as variáveis do estudo e sua interpretação

Variáveis testadas	Coefficiente de Correlação obtido	Interpretação conforme Hinkle, Wiersma e Jurs (2003)
Ensino X Orçamento	0,31969	Relação Existente, mas baixa
Pesquisa X Orçamento	0,455608	Relação Existente, mas baixa
Mercado X Orçamento	0,721144	Relação existente e alta
Inovação X Orçamento	0,825197	Relação existente e alta
Internacionalização X Orçamento	0,543186	Relação Existente e moderada
Nota Final x Orçamento	0,754825	Relação existente e alta

Fonte: elaborado pelos autores

Realizadas as operações, pode-se notar que os resultados não são uniformes. É dizer, para alguns critérios a correlação entre as variáveis é notadamente mais relevante que para outros. Destaca-se que para as categorias analíticas “mercado” e “inovação” bem como para a pontuação total do Ranking Universitário Folha (RUF) os coeficientes resultantes apontam forte relação dos escores obtidos pelas instituições com o orçamento de cada uma delas. Para a categoria analítica “internacionalização” a relação é igualmente perceptível, mas de grandeza apenas moderada. Por fim, chama a atenção o resultado obtido para as categorias analíticas “pesquisa” e “ensino”. Para ambas a relação entre os resultados alcançados no Ranking e o orçamento das instituições é baixa – com especial destaque para a segunda em que o coeficiente é bastante aproximado da banda inferior conforme o padrão de interpretação adotado, o que o aproxima de um coeficiente esperado para casos em que a correlação é, se existente, ínfima. É dizer, a correlação entre os escores de pesquisa e o orçamento de uma universidade é baixa; e a correlação entre os escores de ensino e orçamento é ainda mais baixa, aproximada dos casos de correlação irrelevante.

5. CONCLUSÃO

Como antes mencionado, a interpretação dos resultados no caso das operações de correlação é bastante acessível pelo próprio conceito dos coeficientes que delas resultam. É dizer, a natureza dos resultados (coeficientes numéricos entre extremos que possuem significados absolutos) permite intuir o que se pode concluir dos achados. Neste estudo ainda, buscou-se amparo em quadro de referência da proposta interpretativa feita por Hinkle, Wiersma e Jurs (2003) para que se possa sistematizar e sintetizar as conclusões com maior clareza.

Assim, o que se pode concluir da etapa aplicada é que, para o universo estudado, de fato identificou-se a existência de correlação relevante para o escore absoluto das instituições no Ranking adotado como parâmetro e para algumas de suas categorias analíticas parciais, quais sejam, aquelas que resumem os indicadores relacionados à “inovação” e à percepção da instituição pelo “mercado”. No mais, foi possível diagnosticar uma relação apenas moderada entre o orçamento das universidades e seus resultados no eixo de “internacionalização”, demonstrando que apenas em alguma medida limitada os indicadores seguem uma mesma tendência. Por fim, os resultados que mais chamam a atenção foram aqueles que indicaram haver uma baixa correlação entre o orçamento de uma instituição e seus indicadores para as categorias “ensino” e “pesquisa”.

Na medida em que a amostra do estudo é não-probabilística, não se pode querer extrapolar os achados para universos maiores. Também como visto, pode-se questionar em alguma medida a propriedade ou acurácia dos indicadores do instrumento do Ranking que se tomou para estudo em retratar os resultados das atividades das universidades, que não são apenas quantitativos. De qualquer forma e pelos argumentos apresentados ao longo desta redação, adotando-se as variáveis aqui consideradas e nas estritas margens do universo avaliado, o que se tem é que a hipótese mais ou menos estabelecida em discussões teóricas sobre a universidade, sua gestão, seus desafios de financiamento e o resultado de suas atividades em diversos campos de que haveria correlação entre o orçamento das instituições e sua atuação mostra-se, até aqui, apenas parcialmente confirmada. É bem verdade que foi possível identificar forte correlação entre os valores de orçamento e algumas categorias do Ranking e mesmo de sua categoria ampla, o resultado final. Não pode deixar de chamar destaque, contudo, o fato de que para as atividades de pesquisa e ensino – que parecem ser as mais fundamentais para instituições universitárias, por definição – a correlação mostrou-se baixa. No caso do “ensino”, sobretudo, o coeficiente percebido, ao aproximar-se da faixa mais baixa da classificação interpretativa proposta, mais que respostas, levanta potenciais questionamentos sobre a relevância do montante orçamentário disponível e os resultados do ensino oferecido por uma universidade.

Uma hipótese que pode, talvez, ser cogitada para que sejam explicados estes achados dissonantes e, em especial, o relativo à categoria “ensino”, no entanto, é no sentido de que, a partir de um certo nível de financiamento, as atividades de ensino são realizadas por todas as universidades com qualidade similar, sem distinções relevantes. Quer dizer, na medida em que o universo da pesquisa foi constituído apenas pelas dez universidades mais bem avaliadas pelo Ranking e que há correlação forte entre as notas gerais de cada uma delas no Ranking e seus orçamentos, um achado subjacente aos coeficientes de correlação mais baixa pode ser não o de que o orçamento é pouco relevante para as atividades de ensino, mas de que para as universidades bem avaliadas no geral – portanto bem avaliadas em todos os quesitos, incluindo o de “ensino” –, de um determinado ponto em diante o incremento orçamentário já não repercute em proporcionais melhorias nos indicadores relacionados ao “ensino” ou à “pesquisa” (que já se encontram em patamar alto); e que as ampliações orçamentárias deste hipotético ponto em diante passam a repercutir de maneira mais determinante em outras categorias analíticas – conjectura que poderia ser avaliada com a ampliação da análise para um universo de universidades federais mais amplo, diverso, e com resultados menos uniformes (e altos).

No mais, claro é que, para além desse exercício hipotético de conclusão, há que se anotar que correlação nem sempre implica causalidade de modo que os achados deste ensaio preliminar parecem incentivar a realização de estudos futuros com aumento da amplitude do universo pesquisado e aprofundamento das análises para que as hipóteses existentes na revisão teórica inicial bem como aquelas emergentes dos achados até aqui neste estudo preliminar possam ser mais bem exploradas e compreendidas e para que sejam articuladas em conclusões mais abrangentes e robustas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-638, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf>>. Acesso em: 28/09/2021.

ANDRADE, Eduardo de Carvalho. **Rankings em Educação**: tipos, problemas, informações e mudanças: análise dos principais rankings oficiais brasileiros. Estudos Econômicos, São Paulo (SP), v. 41, n. 2, p. 323-343, jun. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ee/a/JxfLhwgVSHYKcZKy8FrNz5J/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 01/10/2021.

ARAÚJO, Edson Carlos Froes de; SIENA, Osmar; RODRIGUEZ, Tomás Daniel Menéndez. **Receita própria no financiamento das universidades federais brasileiras**. XVIII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria,, 2018, Loja (Equador), Anais... Loja, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190608/101_00159.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23/09/2021.

BRASIL, 2020. **Censo da educação superior mostra aumento no número de matrículas no ensino a distância**. Educação – Portal Gov.br, BRASIL, 2020. Publicado em 23/10/2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia>>. Acesso em 02/10/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 01/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado, 1988.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**: elements of the sociology of corporate life. London (UK): Heinemann, 1979.

CABELLO, Andrea Felipe et al. **Rankings Universitários Internacionais**: evidências de vieses geográficas e orçamentárias para intuições brasileiras. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]. 2019, v. 24, n. 03, pp. 637-657. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300005>>. Acesso em: 01/10/2021.

CGU – Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência**, 2021. Consulta por órgão. Disponível em: < <https://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos/busca/lista?termo=&letraInicial=&pagina=1&tamanhoPagina=10>>. Acesso em 01/10/2021.

COLTON, David; COVERT, Robert W. **Designing and constructing instruments for social research and evaluation**. San Francisco (CA/USA): Jossey-Bass, 2007.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre (RS): Penso, 2014.

CRUZ, Rosana Evangelista da; JACOMINI, Márcia Aparecida. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília (DF), v. 98, n. 249, p. 347-370, Aug. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812017000200347&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/09/2021.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A autonomia universitária: extensão e limites**. São Paulo (SP): NUPES – USP, 2005. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0503.pdf>>. Acesso em 02/10/2021.

FERNANDES, Ivanildo; NUNES, Edson. **Rankings Internacionais: a irresistível polêmica em torno de seus sentidos e metodologias**. Documento de trabalho n. 97. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2011. Disponível em: <http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_97.pdf>. Acesso em 01/10/2021.

FERRAZ, Anna Candida da Cunha. Autonomia universitária na Constituição de 1988. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 215, p. 117-142, jan. 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47311/45697>>. Acesso em: 20/09/2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo (SP): Atlas, 2008.

HINKLE, Dennis E; WIERSMA, William; JURIS, Stephen G. **Applied statistics for the behavioral sciences**. 5 th. Edition. Boston (MA/USA): Houghton Mifflin, 2003.

MARÇAL, Leonardo. **Os indicadores de avaliação: uma análise crítica sobre a utilização dos rankings universitários**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48476>>. Acesso em: 01/10/2021.

MAGALHÃES, Elizete Aparecida de. Et al. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro (RJ), v. 44, p. 637-666, maio/junho 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n3/05.pdf>>. Acesso em: 28/09/2021.

MELO, Itamar. **Custo com servidores representa 86% do orçamento das universidades federais brasileira**. Zero Hora Gaúcha, 28 mai. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/05/custo-com-servidores-representa-86-do-orcamento-das-universidades-federais-brasileiras-cjw806xke00er01oicsqchiis.html>>. Acesso em: 21/08/2020.

MORGAN, Beatriz Fátima. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_041.pdf>. Acesso em: 23/09/2021.

PAUL, Jean-Jacques. WOLYNEC, Elisa. **O custo do ensino superior nas instituições federais**. Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo, 1990. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9011.pdf>>. Acesso em: 25/09/2021.

PEDHAZUR, Elazar J.; SCHMELKIN, Liora Pedhazur. **Measurement, design, and analysis: an integrated approach**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.

PINTO, José Marcelino Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, Campinas (SP), v. 28, n. 100, p. 877-897, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28/09/2021.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988**. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

RIBAS, Ruy Tadeu Mambrini. **Autonomia universitária: fundamentos, elementos e limites**. 2021, 351 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), Santa Catarina, 2021.

RIBAS, Ruy Tadeu Mambrini; COSTA, Mateus Stallivieri da; MORAES, Arthur Bobsin de. **A autonomia financeira das universidades públicas e a cobrança de mensalidades na pós-graduação: da teoria ao debate no Supremo Tribunal Federal**. CIDESP – Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 2019, Florianópolis (SC), Anais... Florianópolis (SC), 2019. Disponível em: <http://www.cidesp.com.br/index.php/Icidesp/3cidesp/paper/view/694/351>. Acesso em: 21/09/2021.

RUF – Ranking Universitário Folha. Como é feito o Ranking Universitário Folha, 2019a. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/como-e-feito-o-ranking-universitario-folha.shtml>>. Acesso em: 03/10/2021.

RUF – Ranking Universitário Folha. Ranking de Universidades, 2019b. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>>. Acesso em: 03/10/2021.

SCHWARTZMAN, Jacques. **A folha de pagamento das universidades federais**. NUPES – USP, 1995. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9501.pdf>>. Acesso em: 01/10/2021.

SILVA, Maria Vieira. As configurações do financiamento educacional após a aprovação do novo Plano Nacional de Educação. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Campinas (SP), v. 3, n. 2, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30279/16532>>. Acesso em: 01/10/2021.

VANZ, Samile Andréa de Souza. **O que medem os rankings universitários internacionais? Apontamentos teóricos, indicadores e características**. Inf & Soc.; Est, João Pessoa (PB), v. 28, n. 2, p. 83-92, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38383/20794>>. Acesso em 01/10/2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo (SP): Atlas, 2013.

VIOL, Andréa Lemgruber. **A finalidade da tributação e sua difusão na sociedade. II Seminário de Política Tributária.** Receita Federal do Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/estudotributarios/eventos/seminarioii/texto02afinalidadedatributacao.pdf>>. Acesso em: 20/09/2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Casos: Planejamento e Métodos.** São Paulo (SP): Editora Bookman, 2005.